

PCS está no orçamento

Mobilização é fundamental para aprová-lo este ano



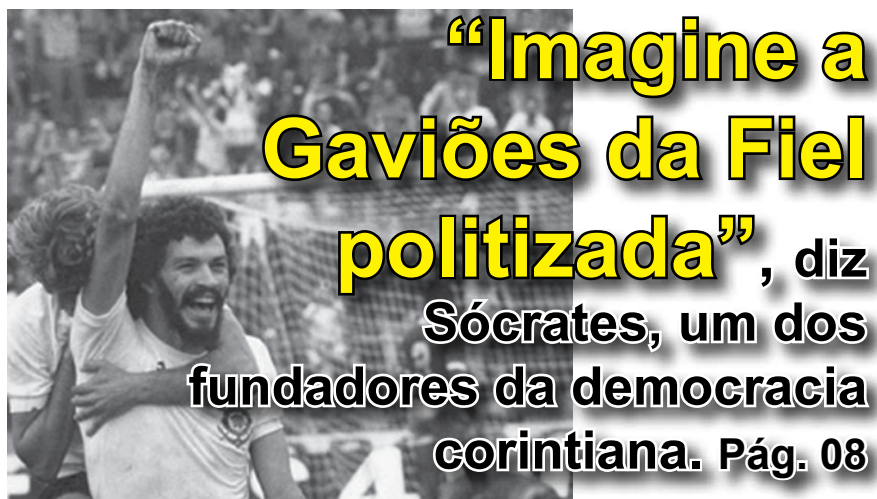
Em 24 de agosto, servidores do TRF-3 e JF cruzam os braços por 24 horas pela aprovação do PCS

Na JT Santos, servidores seguem luta por melhores condições de trabalho - pág. 06

Aposentadoria sob risco: Dilma consegue aprovar PL 1992 na 1ª comissão - pág. 04

Benefícios têm aumento confirmado para 2012 - pág. 06

Presidente do TRT-2 quer fechar a creche do Ruy Barbosa. Pág. 06



“Imagine a Gaviões da Fiel politizada”, diz

Sócrates, um dos fundadores da democracia corintiana. Pág. 08

Mães se mobilizam e chamam servidores à luta pela manutenção desse direito



Artigo

Governo bate recorde em arrecadação e diz não ter dinheiro para pagar o PCS 4

Em seis meses governo arrecadou R\$ 450,92 bi, uma alta de 20,45% quanto comparado ao mesmo período de 2010

Por Washington Luiz Moura Lima*

O governo arrecadou de janeiro a junho deste ano R\$ 450,92 bilhões, uma alta de 20,45% quando comparado ao mesmo período de 2010. Este valor representa, em valor nominal (sem considerar a inflação), R\$ 76,54 bilhões a mais. Com essa quantia, é possível pagar com folga o PCS 4, que tem um custo anual de R\$ 7,39 bilhões, ou seja, **menos de 10% do valor arrecadado a mais nesse ano no período.**



Segundo o estudo realizado pelo Departamento Econômico do Sintrajud, esse valor se refere apenas as receitas administradas pela receita federal do Brasil, sendo que a arrecadação do governo não se restringe apenas a isso, já que envolvem receitas administradas por outros órgãos, lucros de empresas estatais etc. Vale frisar que o aumento nas receitas, até junho, é maior do que o governo diz querer 'economizar' no orçamento de R\$ 50 bilhões.

Em termos reais, ou seja, atualizando os valores pelo IPCA de junho de 2011, o aumento foi de 13,26%, um valor bem significativo se levar em consideração que no ano de 2010 a arrecadação tinha sido recorde até então.

O governo tem se negado a aprovar o pagamento do PCS 4 porque o país irá destinar esse dinheiro ao pagamento de juros aos banqueiros e especuladores nacionais e internacionais. Enquanto isso, os serviços públicos estão cada vez mais precários por falta de investimento governamental. Esse dinheiro deveria ser revertido para o benefício para o povo trabalhador e não ser usado para transferir riquezas a uma minoria de especuladores nacionais e internacionais. Aos banqueiros e especuladores não há limite de gastos, para os servidores a política de reajuste zero.

* Coordenador do Departamento Econômico do Sintrajud

Próximos Ideias

Greve: por que e para quê? Ridaut D. Silva
Igreja – Rodrigo T. Carneiro 16/08

Mais um ano de vida

Parabéns para o servidor do TRT
Ernesto Alberto Christ que completou 90 anos
no último dia 18 de agosto.

Ideias

Um espaço para a livre expressão de opinião.

Os artigos não refletem necessariamente a opinião da diretoria do Sintrajud

Outra bomba

Gerson Ney França*

Seis de agosto é, por vocação, uma data histórica. E de fatos nada agradáveis ao que parece. Em 1945, foi o dia em que os norte-americanos jogaram a bomba atômica em Hiroxima. Numa proporção muito menor obviamente, foi trágica também a postura da diretoria do Sintrajud durante a última assembleia realizada na data fatídica.

Rompeu-se com uma das mais belas tradições e que melhor expressam a legitimidade da atividade sindical. Impediu-se que trabalhadores do judiciário presentes ao evento participassem de uma de suas votações, por não serem sindicalizados. Tratava-se do momento em que se votaria proposta tirada em assembleia setorial do TRE acerca da realização de ple-

biscito junto à categoria, que deveria optar por Subsídio ou PCS.

A diretoria do sindicato assim agiu, é claro, porque é contrária à realização do plebiscito (o resultado da votação foi não). Em loco, justificou que, por se tratar de encaminhamento que poderia resultar em custos, só os sindicalizados poderiam votar.

Foi a primeira vez em toda a história do Sintrajud que isto aconteceu!

Agora, vamos ao que diz o estatuto da entidade:

“Art. 35 – A Assembleia Geral é o órgão de deliberação da **CATEGORIA PROFISSIONAL**, soberano em suas decisões” (destaque meu);

“Art. 40 – As deliberações nas Assembleias Gerais serão adotadas com aprovação da maioria simples dos **PRE-**

SENTES, exceto quando a lei dispuser o contrário” (destaque meu).

Onde só “associado” deve decidir?

Assim se estatuiu, porque sindicato não existe para vender direitos. Existe para servir à categoria, saiba esta ou não de sua existência. Sua sobrevivência financeira só pode se basear no processo de convencimento, e não num “toma-lá-dá-cá”. Seu único pilar é o trabalho de conscientização da categoria. Compreender isto, pra mim, é o mais importante.

Agora, tudo bem. Se não se tem esse tipo de sentimento, dá pra dirigir um sindicato, sim. O que não dá é pra fazê-lo ignorando o próprio estatuto da entidade. Aí já é abuso de poder, usurpação.

* **Servidor do TRE/SP**

Nota da Diretoria Colegiada do Sintrajud

Pela presente nota, tendo em vista o teor da argumentação presente no texto do servidor Gerson Ney França, a diretoria colegiada do Sintrajud presta os seguintes esclarecimentos:

1) O art. 8º do estatuto da entidade dispõe que são direitos dos ASSOCIADOS, entre outros, de “participar, com direito a voz e voto nos congressos e assembleias do Sintrajud. Já o art. 38 dispõe que a assembleia geral – órgão de deliberação da categoria, soberano em suas decisões - “será instalada em primeira convocação com a presença de pelo menos metade mais um dos ASSOCIADOS QUITES COM A TESOUREARIA e, em segunda convocação, trinta minutos após, em qualquer número”. Neste sentido, inclusive, prevê o § 3º deste artigo que assembleias gerais que tratem de assuntos de maior relevância sejam “convocadas em dia e horário compatível com a possibilidade de presença de todos os SINDICALIZA-

DOS”. Deste modo, resta evidente que os PRESENTES referidos no art. 40, apontado como violado, são os ASSOCIADOS. Esclarecemos, portanto, que foi rigorosamente cumprido o estatuto da entidade, inexistindo qualquer abuso ou usurpação.

Entendemos, sim, que o sindicato deve se manter a partir do convencimento e da conscientização da categoria acerca da importância da participação de todos, sendo sua sustentação financeira baseada exclusivamente sobre as contribuições voluntárias de seus associados. Daí a nossa crítica veemente ao imposto sindical, tendo o nosso sindicato, inclusive, adotado a prática de devolver aos trabalhadores os valores descontados sob este título, como ocorreu na JF/TRF. Defendemos que todos os trabalhadores sejam associados à entidade, e devemos todos trabalhar com esse objetivo, para que ela seja a expressão da organização e da força da unidade da categoria.

É fundamental ao exercício da democracia a existência de espaços amplos para expressão de ideias, sendo permanente o empenho neste sentido, em todas as nossas instâncias de discussão e deliberação, tendo sido inclusive garantida a publicação do texto ao qual nos referimos nesta nota, mesmo que discordando de seu conteúdo, e mesmo que, lamentavelmente, não esteja mais sindicalizado, neste momento, o seu autor. Reafirmamos nosso compromisso com a transparência e a democracia, defendendo que nossos enfrentamentos sejam sempre pautados pelo debate político qualificado e aberto, sem recurso a ataques e acusações que coloquem em questão a honestidade, o compromisso, e responsabilidade dos que voluntariamente demonstraram a disposição de conduzir junto à categoria este fundamental instrumento de organização e luta que é o nosso sindicato, para defender nossos direitos e avançar nas conquistas.

IDEIAS - textos para essa seção devem ser enviados por email para imprensa@sintrajud.org.br, contendo no máximo 2.000 toques. Textos com excesso de caracteres serão devolvidos ao autor.

Jornal do Judiciário Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

DIRETORIA: Adão Sérgio de Souza, Adilson Rodrigues dos Santos, Angélica Olivieri, Antonio Carlos, Antonio dos Anjos Melquiades (Melqui), Cleber Borges de Aguiar, Erlon Sampaio, Fausta Camilo de Fernandes, Filipe Joel Gomes Lira, José Carlos Sanchez, José Dalmo, Henrique Costa, Inês de Castro, Ivo Oliveira Farias, Leica Silva, Maurício Rezzani, Tarcísio Ferreiras.

Sede: Rua Antonio de Godoy, 88/16º - São Paulo/SP - CEP 01034-000 - tel. (11) 3222 5833 - fax 3225 0608 - e-mail: sintrajud@sintrajud.org.br / Subsele Baixada Santista: R. Proost de Souza, 35 - Santos/SP - cep 11040-090 - e-mail: sintrajudsantos@uol.com.br - tel. (13) 3238 3807 / Subsele Barra Funda: e-mail: subselebarrafunda@sintrajud.org.br - tel. (11) 3392 3728 / 3525 9672. Jornalistas: Carlos Eduardo Batista e Vivian Costa Colaboradores: Hélio Duarte Filho Diagramador: Diego Planamente Tiragem: 13.000

Dilma inclui PCS no orçamento, mas mantém oposição a reajuste. Mobilização terá papel decisivo

PL 6613/09 estará na pauta da CFT do dia 14, quando a categoria buscará aprovação do projeto. No TRF-3 e JF haverá assembleia dia 12/09, 14h em frente ao TRF-3.

Por Hécio Duarte e Caê Batista

Na última semana, os servidores do Judiciário acompanharam o início de uma crise entre Executivo e Judiciário. Isso por que a presidenta Dilma não incluiu a proposta de orçamento dos tribunais no Projeto de Lei Orçamentária 2012 (PLOA).

A reação do STF foi uma vitória dos servidores, que ao longo dos últimos meses batem na tecla de que o ministro Cezar Peluso tem que assumir o seu papel constitucional em defesa da autonomia do Poder Judiciário e do PL 6613/09. Não parece ter sido um jogo de cartas marcadas, tão comum nesses casos. Isso significa que nada está definido e que o papel das mobilizações dos servidores ganha extrema relevância.

Dois motivos contribuem para essa conclusão: o governo deve jogar ainda mais pesado para derrubar o PL 6613/09; além disso, a disputa entre o STF e o Planalto agora se tornou pública e ganhou características mais visíveis – sem ilusões de que a qualquer momento possa ser costurado um acordo por baixo dos panos desconsiderando os anseios dos servidores. O fato é que quanto menos mobilização maiores são as chances disso acontecer.

Paralelo a isso, não se pode descartar o fato de que é mais do que razoável supor que a indignação dos ministros do STF se deva mais ao corte dos recursos para o projeto dos magistrados do que ao reajuste dos servidores.

Recuo do governo não garante reajuste

A declaração de ministros do STF fez o governo a recuar e na tarde de sexta (2), foi entregue um adendo à proposta incluindo os valores inicialmente retirados. Agora abre-se uma nova etapa na luta pelo PCS, tão ou mais difícil quanto as demais. Nesta fase, o principal desafio será garantir a aprovação do PL 6613/09 na Comissão de Finanças e Tributação e impedir cortes na proposta. O PL 6613/09 provavelmente apreciado pela CFT no dia 14, quando o plenário da Comissão de Finanças e Tributação será tomado por servidores do Judiciário.

Na mensagem de adendo à LOA 2012, encaminhada pelo Ministério do Planejamento ao Congresso, percebe-se que presidenta Dilma Rousseff é contrária ao reajuste dos servidores. A presidenta tenta justificar a exclusão dos valores no projeto inicial. “As propostas que ora remeto não foram incluídas na peça Orçamentária de 2012, em primeiro lugar, em função do quadro de incer-

teza econômica mundial, em que é indispensável que o Brasil mantenha uma realidade fiscal responsável que lhe permita lidar com sucesso com eventuais situações de crise”, escreveu a presidenta, deixando claro que não há acordo e que este aspecto do orçamento poderá ser revisto pelos parlamentares.

Servidores cobraram ministros

O recuo do governo começou no dia seguinte ao envio da proposta de LOA. À tarde, o ministro Ayres Britto, do STF, disse acreditar que o Planalto voltaria atrás. Foi o que ele relatou ao servidor Antonio Melquiades, o Melqui, diretor da Fenajufe e do Sintrajud, que levou ao ministro a insatisfação da categoria com o corte dos recursos para o PCS e a expectativa de que o STF respondesse com firmeza ao governo.

A revisão do orçamento com a inclusão dos valores cortados do Judiciário está longe de significar que o governo tenha desistido de impedir a aprovação dos projetos do Judiciário e do MPU.

Marco Aurélio: “De bens intencionados o Brasil está cheio”

Já no dia 31, os ministros do Supremo demonstraram surpresa e irritação com a

notícia de que o orçamento foi enviado sem a íntegra da proposta aprovada pelos tribunais. O mais exaltado foi o ministro Marco Aurélio: “O que cumpre ao Executivo, que quanto ao orçamento ombréia com o Judiciário, é consolidar a grande proposta da União e encaminhar àqueles que poderão exercer a glosa. Ou seja, deputados e senadores. O que não cabe é o Executivo substituir-se o Judiciário”, disse. E completou: “De bens intencionados o Brasil está cheio. O que está em jogo não é gasto, é o princípio que implica equilíbrio, que se faz ao mundo jurídico para que não haja supremacia de poderes”.

Bem mais comedido, o presidente Cezar Peluso disse ter havido um equívoco: “Parece que houve um pequeno equívoco que o Executivo vai retificar, sem dúvida”, teria dito.

O que se sabe é que na terça (30), quatro ministros de Dilma - Miriam Belchior (Planejamento), Guido Mantega (Fazenda), José Eduardo Cardozo (Justiça) e Luís Inácio Adams (Advocacia-Geral da União) –, se reuniram a portas fechadas com Peluso, mas não há detalhes sobre a conversa. Especula-se que ela girou em torno da necessidade de redução nas despesas da administração pública devido a crise econômica internacional e o ajuste fiscal.

Momento não permite divisão

O desafio colocado para a categoria é a retomada da mobilização. No TRF-3 tem assembleia dia 12, 14h, que deverá definir a construção do dia 14, quando o PCS, provavelmente, será pautado na CFT.

A luta pelo PCS, avaliam servidores envolvidos nas atividades em Brasília, agora tem que virar uma ‘operação de guerra’. Por isso, dirigentes sindicais do Judiciário destacam que, neste momento delicado, manter qualquer divisão dentro da categoria será um tiro no pé. O PCS é o projeto defendido pelo STF e que está em disputa no Congresso Nacional. É em torno dele que giram as negociações em curso entre o Executivo e o Judiciário. Além disso, essa proposta foi aprovada em todos os fóruns nacionais da categoria, nas assembleias estaduais e que reajusta todos os salários sem mexer em quaisquer direitos – o que é um ótimo argumento a favor da participação de todos numa mesma luta.

Na avaliação de dirigentes sindicais, apostar em outra proposta agora, como faz a direção da associação do Movimento Pró-Subsídio, é dividir a categoria, fazendo jogo do inimigo.

Dia 12, próxima segunda-feira, às 14h tem assembleia em frente ao TRF-3 para definir os rumos da mobilização

Para garantir PCS ainda este ano, servidores indicam paralisação dia 14

Por Vivian Costa

Os servidores TRF/JF aprovaram, durante assembleia realizada nesta sexta-feira, o calendário de luta para o mês de setembro aprovado no dia 24 de agosto. Eles decidiram fazer uma nova assembleia no dia 12 de setembro, às 14h, na frente do TRF-3, com indicativo de greve no dia 14, dia que a CFT deverá votar o PL 6613/09. Todos saíram da manifestação com a missão de conscientizar os colegas para se unirem à mobilização contra o congelamento salarial. A participação de todos é muito importante, pois serão avaliados os próximos passos da luta pelo

PCS, diante do envio da proposta de Lei Orçamentária Anual (LOA) 2012.

Na assembleia, que reuniu cerca de 150 trabalhadores do judiciário, foi entoado o lema de que “a união faz a força” e que chegou a hora de todos se unirem para que o PCS seja aprovado. “A categoria está despertando para necessidade de mobilização. O nosso histórico é feito de muita batalha. Já conseguimos reverter uma vez a situação, então temos que acreditar que a história pode se repetir”, disse o diretor do Sintrajud Cléber Aguiar.

A diretora da Fenajufe Ana Luiza Figueiredo lembrou que a categoria está numa

campanha difícil e a mais demorada da história. “Por isso, precisamos ter clareza para criarmos a nossa mobilização. A gente não pode esperar o resultado do orçamento como plateia ou torcida. Nós temos que agir como agentes porque o governo só quer cortar gastos públicos e nossos direitos.”

O diretor do Sintrajud Dalmo Duarte ressaltou que o momento é propício para forçar o reajuste. “Se a gente não parar e iniciar agora a maior greve já feita pela categoria não iremos conseguir o reajuste. Mas não pode fazer uma greve de revezamento, ou aquela que paramos um dia e voltamos a trabalhar no outro. A greve tem que ser



Mais de 150 servidores aprovam mobilização em setembro pela aprovação do PCS

forte. Temos que unir forças com todo o funcionalismo para acabar com essa política de reajuste zero.”

A servidora do TRF-3 Helizabeth Vega Fernandez mandou um recado para os

colegas que insistem em continuar trabalhando durante as paralisações. “Chegou a hora de todos se unirem porque a luta é para todos. A gente precisa potencializar essa mobilização”, finalizou.

Crédito: Jesus Carlos

Dilma aciona tropa de choque e deputados votam Previdência sob coro de 'traidores'

Aprovado na Comissão de Finanças, PL 1992 ainda terá destaques votados e passará por 2 comissões; "Luta vai continuar", diz servidora

Por Hécio Duarte Filho, enviado a Brasília

Após acionar ao menos dois ministros para pressionar os parlamentares, o governo conseguiu aprovar, na Comissão de Trabalho da Câmara Administração e Serviço Público da Câmara (Ctasp), o mérito do projeto de lei que privatiza a Previdência dos servidores públicos e põe fim, na prática, à aposentadoria integral. Por 13 votos a sete, os deputados da comissão aprovaram o PL 1992/07, na sessão de quarta-feira (24), sob coro de "traidores", entoado por dezenas de servidores que acompanhavam a sessão. No mesmo dia, milhares de trabalhadores participaram da Marcha a Brasília contra as políticas de ataques a direitos dos trabalhadores, adotadas pelo governo de Dilma Rousseff (ler mais na página 05).

Na véspera da votação, os ministros Garibaldi Alves Filho (Previdência) e Ideli

Salvatti (Relações Institucionais) estiveram, em momentos distintos, com mais de 13 deputados da comissão, quando pressionaram pela aprovação do projeto. Foram apresentados 12 destaques, que seriam apreciados na sessão seguinte da Ctasp, que ocorreu dia 31. Mas o governo atuou rapidamente e fez com que os destaques fossem rejeitados. Na noite do dia 30, o Jornal A Voz do Brasil já anunciava a aprovação do PL 1992/07, na 1ª comissão. O projeto ainda será analisado pelas comissões de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania, mas tramita em caráter conclusivo, ou seja, não precisa passar pelo plenário.

Caso aprovado, ao se aposentarem, os servidores terão seus benefícios limitados ao teto pago pelo INSS, R\$ 3689,66. Aqueles que quiserem receber além do teto terão que aderir a um plano privado, que seria criado a partir da aprovação da lei.

Apesar do placar na Ctasp, a aprovação do PL 1992 não foi tranquila. Com o plenário tomado por servidores, os deputados contrários à proposta buscaram adiar a votação, o que estendeu a sessão, que acabou só tratando deste tema, até perto das 14 horas, algo que dificilmente acontece. A comissão não debateu nenhum outro tema no dia.

Os deputados André Figueiredo (PDT-CE) e Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), em conjunto, e Alice Portugal (PCdoB-BA) e Andréia Zito (PSDB-RJ), individualmente, apresentaram votos em separado contrários ao projeto. Requerimentos pelo adiamento da decisão sobre o assunto foram apresentados, mas acabaram rejeitados. Alice Portugal argumentou que a Previdência é superavitária e que nada justifica tentar jogar nas costas do funcionalismo a responsabilidade por um déficit que não existe. Já André Figueiredo, ao ler seu voto em separado, mencionou os exem-

plos do Chile e da Argentina, que tentaram privatizar as previdências dos trabalhadores e que, depois, tiveram que rever estas medidas devido à falência do sistema. A deputada Andreia Zito pediu ainda o adiamento da votação por duas sessões, mas igualmente teve seu requerimento derrubado. "Até agora não entendi por que acelerar tanto essa votação", disse ao votar contra a proposta.

Em clima tenso, a votação, nominal, transcorreu sob protestos frequentes dos servidores que assistiam à sessão. "O patrão mandou", gritou um manifestante. "Possa óleo de peroba na cara", disse outro. "Quero saber quem financiou a campanha de vocês. É o Itaú ou o Bradesco?", disse um terceiro. Boa parte das críticas era dirigida ao relator do PL, deputado Silvio Costa (PTB-PE), acusado de agir como um rolo compressor para que fosse votado, mas depois recuou. O rolocompressor foi acionado na terça, dia 30 para reprovos os 12 destaques apresentados, sem qualquer debate.

Auditório do Senado é tomado por servidores na luta pela aprovação das PECs 555 e 270

Enquanto Dilma tenta acelerar aprovação da privatização da aposentadoria, servidores se mobilizam para reverter ataques aos aposentados

Por Caê Batista

O auditório Petrônio Portela do Senado foi tomado por servidores públicos, de todas as esferas, de todo o país, na quarta, dia 31. Eles reivindicam a aprovação das Propostas de Emendas às Constituição (PEC) 555 e 270, que extingue a taxação dos aposentados para a previdência e garante a integralidade dos vencimentos dos servidores aposentados por invalidez, respectivamente.

Servidora aposentada do TRE-SP e coordenadora do Núcleo de Aposentados do Sintrajud, Ana Fevereiro res-

Foto: Kit Gaion



Sintrajud sedia encontro para luta pela aprovação das PECs 555 e 270

saltou a importância do evento, num momento em Dilma joga todas as suas fichas para

acabar com a aposentadoria no serviço público.

"A manifestação foi o re-

sultado de um ano e meio de trabalho, que construiu a união do conjunto das entidades, para caminhar numa mesma direção", afirmou, destacando a participação de mais de 100 entidades no evento, entre elas o Sintrajud.

A aprovação de ambas as PECs é um questão de justiça. Os servidores aposentados por invalidez têm seus vencimentos reduzidos, e a PEC 270 acaba com essa "aberração". Já a PEC 555 acaba com a taxação dos inativos: "Não se poderia penalizar os aposentados com a taxação de 11%", afirmou Ana.



Marcha reúne milhares e faz em Brasília maior ato de contestação às políticas do governo Dilma

Protesto defende direitos ameaçados, critica arrocho salarial e ataques ao serviço público e afirma que, se o país cresceu, os trabalhadores têm direito a sua parte

Fotos Samuel Tosta

Hélcio Duarte Filho
(enviado a Brasília)
e Caê Batista

Na quarta-feira, dia 24, cerca de 20 mil trabalhadores fizeram o maior protesto em Brasília contra as políticas e propostas do governo desde que a presidenta Dilma Rousseff assumiu o mandato.

A manifestação da jornada nacional de lutas foi organizada por entidades sindicais, estudantis e dos movimentos sociais. Os servidores do Judiciário e do Ministério Público da União, de diversos estados do país, também participaram. O pro-

testo durou cerca de quatro horas e percorreu a Esplanada dos Ministérios, passou ao lado Supremo Tribunal Federal e próximo Palácio do Planalto, terminando com um ato público nos gramados do Congresso Nacional.

Os trabalhadores do Judiciário e do MPU reivindicaram a aprovação dos projetos que revisam os planos de cargos e salários, parados na Comissão de Finanças da Câmara por imposição do governo. “Foi a maior marcha em defesa dos di-



Mais de 20 mil servidores fazem em Brasília o maior ato contra as políticas de Dilma. No detalhe, participação dos trabalhadores de São Paulo

reitos da classe trabalhadora, do serviço público e em defesa dos movimentos sociais”, disse Ana Luiza Figueiredo Gomes, servidora do TRF-3 e diretora da federação nacional (Fenajufe). “Os servidores do Judiciário tiveram uma boa participação.

Para Ana, a aprovação do PL 1992, na CTASP, é uma demonstração de que o governo quer retirar

direitos dos trabalhadores para beneficiar os bancos e grandes empresários: “É preciso manter a unidade para enfrentar o governo e não perdermos direitos e seguirmos com os salários congelados”, avaliou.

Servidores dos diversos segmentos do funcionalismo, alguns deles em greve, participaram em bom número da manifestação, que marca a construção de uma unidade entre setores não subservientes ao governo que deve continuar.



Marcha cobra mudanças gerais e ajuda em lutas específicas como o PCS, dizem servidores

Helcio Lourenço Duarte

Em qualquer manifestação de maior porte, que demanda preparação prévia e articulada, observar o ânimo com que os participantes chegam ao seu ato final é bom termômetro para avaliar como foi o protesto. Na Marcha a Brasília, após percorrer de três a cinco quilômetros sob sol forte e sobre vias de sombras escassas, esse ‘termômetro’ pareceu estar tão alto quando o que marcava a temperatura ambiente.

“To muito feliz, na minha avaliação [teve] mais de 15 mil pessoas, os trabalhadores começam a voltar às ruas para dizer que não dá para

pegar todo o dinheiro arrecadado dos trabalhadores e jogar nas mãos dos empresários”, avaliou Claudio Klein, servidor do TRF de São Paulo e diretor de base do Sintrajud. “Há muito tempo não ficava tão animado com uma manifestação em Brasília”, resumiu.

A representatividade da marcha, com participação de diversos setores do setor público e privado, foi o que mais chamou a atenção do servidor da JF de Santos Adilson Rodrigues, diretor do Sintrajud. Ele também destacou a presença marcante das delegações do Judiciário Federal e MPU, vindas de boa parte dos estados do país, que foram a Brasília cobrar tanto as ques-

tões gerais, quanto dar continuidade à luta pelo PCS-4. “É uma força para amplificar as lutas gerais e específicas desses setores que aqui estiveram. Foi uma grande demonstração de insatisfação com os rumos que estão sendo dados ao país”, disse.

A aposentada do TRE-SP Akiko Akiyama, ex-dirigente do Sintrajud, também ficou contente com o resultado da marcha e frisou a importância de os aposentados estarem nas ruas lutando contra as medidas que outra vez ameaçam o setor e, ao mesmo tempo, para retomar direitos perdidos. “Queremos acabar com a contribuição dos aposentados”, disse

Na análise do servidor Pedro Aparecido, dirigente da federação e do sindicato de Mato Grosso (Sindijufe-MT), a manifestação pode marcar a abertura de um novo momento nas lutas dos trabalhadores neste ano. “Foi excelente, calculo que teve mais de 20 mil [pessoas], centenas de entidades jogaram peso. Esta base demonstrou aqui que está roendo o osso e alguém está comendo a carne. Há muito tempo não vejo uma marcha tão forte, de base, abre um novo patamar”, disse, apenas lamentando a ausência do sindicato de Brasília (Sindjus-DF), que, segundo ele, “mais uma vez não jogou peso nenhum” na convocação do ato.

Nazar ataca novamente e anuncia o fechamento da creche

Na casa que deve assegurar os direitos dos trabalhadores, presidente do TRT-2 ataca os direitos de seus servidores

Por Vivian Costa

Os servidores estão chamados a defender a creche que o presidente do TRT-2, o desembargador Nelson Nazar tenta fechar, já que a creche Ruth Drummond Costa Ferrari pode estar com os dias contados. No comunicado nº 06, publicado em 30 de agosto, o presidente do TRT-2, Desembargador Nelson Nazar, anunciou o fim das atividades em 19 de dezembro.

Segundo dados da administração da creche, atualmente há uma lista de 40 crianças com interesse até julho/2012, são três crianças por mês, na média. A indignação está sendo grande, e todos os envolvidos, funcionários, mães e Sintrajud irão lutar para reverter a situação.

“É importante ressaltar que um grande número de servidoras em idade fértil que estão entrando em exercício no TRT vem de outros Estados, muitas sem familiares por perto. Elas estão contando com a possibilidade de colocar seus futuros filhos nesta creche que sempre prestou ótimos serviços e que esperamos que possa continuar atendendo às necessidades inerentes aos cargos desenvolvidos pelas mulheres deste Tribunal”, afirmou Camila Silva de Carvalho, presidente da Associação de Mães.

Criada em 1990, a creche já atendeu 303 servidoras, totalizando 376 crianças. Nesses 21 anos, foi atendido um percentual de 41,39% de mães.



No comunicado de fechamento, argumenta-se pequena a capacidade do local, atendendo no máximo 50 crianças, o que representa 2,5% do contingente de servidoras que poderiam pleitear vagas. Segundo estudo realizado pela Associação de Mães, estima-se que a administração considerou existir duas mil mulheres com o direito ao benefício, por isso, esse percentual. Entretanto, dos 4.535 servidores ativos, 2.526 são mulheres, sendo que 732 têm até 35 anos de idade e 1.075 têm até 40 anos de idade.

Consequentemente, o número do Comunicado GP n. 06/2011 não corresponde à realidade.

Segundo a Associação de Mães, não é possível que todas as mulheres possam pleitear o benefício de uma só vez. Ademais, deste universo, há mães que simplesmente optam por

não colocarem seus filhos na creche, estarem lotadas em outras cidades ou por morarem longe do Fórum.

Para tentar reverter a situação um abaixo assinado circulou no fórum. No texto, pede-se a

reconsideração “da presente decisão, vez que a creche é um benefício social de excelência neste Tribunal”. O texto também descreve que os servidores ficaram atônitos e surpresos, “vez que está na contra-mão do que este Tribunal vem pregando com suas palestras de qualidade de vida, qualidade no trabalho”.

Funcionárias

As funcionárias também estão preocupadas com a medida. “A notícia caiu como uma bomba. Ninguém esperava isso. A gente gosta do que faz e quer continuar. Outro problema é que nenhuma funcionária sabe para onde vai”, disse Delza Maria da Silva Anastácio, que trabalha na creche desde a abertura. Um dado interessante é que todos os presidentes anteriores visitaram a creche, somente do desembargador Nazar não o fez.

Inês Castro, diretora do Sintrajud, lembrou que todo ano o tribunal devolve recursos, por isso, há possibilidade de remanejamento de verbas. O sindicato entrará com os recursos necessários para lutar pela manutenção do local. Ele também

unirá forças com as funcionárias do setor, com as mães que utilizam o serviço da creche para encontrar a melhor forma de organização da categoria e reverter a situação.

Imagens da creche que Nazar quer fechar

Presidente do TRT-2 descumpra palavra e determina compensação hora a hora dos dias parados

Servidores da JT/Barra Funda cobram reunião com o desembargador, além da reconsideração da portaria

O Sintrajud está reivindicando uma reunião com o presidente do TRT-2 para tentar negociar as horas paralisadas na última greve. Ao contrário do que havia prometido, em 30 de junho durante reunião com diretores do sindicato, ele descumpriu com sua ‘palavra’ no dia 19 de agosto ao publicar uma portaria determinando que as horas paralisadas fossem compensadas hora a hora, até o mês de novembro. O sindicato também entrou com um pedido de reconsideração da portaria.

Os servidores deflagraram greve para impedir que horário de atendimento do balcão fosse estendido sem que as devidas condições de trabalho fossem garantidas. A paralisação aconteceu entre 16 de junho e 4 de julho e foi encerrada depois que duas liminares (uma do STF e outra do TRF-3) acabaram suspendendo os efeitos da portaria que determinava a extensão do horário de atendimento do balcão. O próprio presidente Nazar, em outra portaria, sus-

pendeu a extensão do atendimento do horário do balcão.

JT Santos

Os servidores da Justiça Trabalhista de Santos seguem indignados com as péssimas condições de trabalho. A apreensão é grande, pois um incêndio pode ocorrer devido às más instalações elétricas. Há ainda outros problemas que afetam a vida de todos como a falta de água potável, banheiros entupidos, além da infestação de ratas e morcegos e

pombos no local. Como se não bastasse as más condições estruturais do prédio, há mais de um mês falta água para o consumo, pois a empresa contratada pela administração do tribunal não tem efetuado a entrega, porém, recebe. Enquanto todos os problemas não forem solucionados, serão realizados atos públicos na frente do prédio todas as segundas, às 11h, exigindo providências. Nesta semana, houve a terceira manifestação seguida dos servidores contra as más condições do prédio.

Pleno do TSE define que chefes de cartório devem ter isonomia salarial

Em decisão unânime, ministros acatam antiga reivindicação da categoria e encaminharão projeto de lei ao Legislativo

Por Caê Batista*

Na terça (30/08), o pleno do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) definiu que encaminhará um projeto de lei ao legislativo para que os chefes de cartório (das capitais e do interior) recebam FC-6. Essa é uma antiga reivindicação do Sintrajud e da Fenajufe, que tramitava no TSE como Processo Administrativo nº 19.800.

O diretor do Sintrajud e da Fenajufe Antonio Melquiades, que acompanhou a sessão, destacou que a ministra Carmen Lúcia, relatora do processo, “fez um histórico da luta dos sindicatos em prol da questão... Depois de estudar a realidade dos cartórios país a fora, ela chegou a conclusão que o justo seria a isonomia entre todos os

chefes de cartórios”, explicou Melqui. Agora a batalha será dentro do Congresso Nacional, destacou.

Antes da sessão, Melqui entregou um memorial elaborado pela Assessoria Jurídica Nacional da Fenajufe onde defendia a aprovação do tema.

Sintrajud e Fenajufe atuam desde 2006

A tramitação desse processo começou em 2006. Desde então os sindicatos e a federação trabalhavam para garantir a sua aprovação no TSE. Ainda em 2006, a Federação entregou memorial ao então relator, ministro Marco Aurélio. Em 2007, o processo foi para as mãos do ministro Cezar Peluso e na ocasião a Fenajufe apresentou novo requerimento, soli-



Foto TSE

Depois de seis anos de luta, servidores do eleitoral vencem uma importante batalha

citando a aprovação da matéria.

Em dezembro de 2007, o processo chegou a entrar na pauta do TSE, mas na ocasião os ministros decidiram formar uma comissão para analisar a situação salarial dos chefes dos cartórios do interior. “O resultado do trabalho dessa comissão foi a elevação de todas as FCs de

FC 1 [interior] e FC 4 [capital] para FC 6”, lembra o advogado da Fenajufe Pedro Maurício Pita.

Antes da ministra Carmen Lúcia assumir a relatoria, o processo esteve com o ministro Joaquim Barbosa. Em várias reuniões com o atual presidente do TSE, ministro Ricardo Lewandowski, e com os presiden-

tes anteriores, a Fenajufe pediu a aprovação do processo, apresentando todos os argumentos favoráveis à isonomia. Além do coordenador Melqui, a presidente do Sinje-CE, Eliete Maia, esteve no TSE acompanhando a sessão e entregando o memorial aos ministros.

* com informações da Agência Fenajufe de Notícias

Benefícios têm aumento aprovado para 2012, valores dos tribunais serão uniformizados

Uniformização ainda não abrange o convênio médico, portanto, a luta dos servidores deve continuar

O Sintrajud confirmou junto aos tribunais superiores que os valores dos benefícios serão atualizados a partir de 2012, pondo fim às diferenças praticadas no país. A reunião aconteceu dia 10 de agosto com o Diretor de Acompanhamento Orçamentário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Antonio Carlos Rebelo. Na ocasião, o diretor do Sintrajud Adilson Rodrigues cobrou agilidade na negociação com o governo, iniciada no ano

passado, onde buscava-se a uniformização pelo maior valor pago.

Com o fechamento da proposta de orçamento dos tribunais superiores para 2012, Adilson confirmou a inclusão de valores reajustados para o auxílio alimentação e creche, que passarão a ser de R\$ 710 e R\$ 561, respectivamente. Quanto à definição de valor uniforme para o custeio do plano médico, a negociação segue, sobretudo pelas diferenças existentes.

As maiores delas estão nos tribunais superiores, que passam dos 160%. “Em tempos de salários congelados, o Sintrajud estará cobrando o reajuste retroativo ainda para este ano, a ser custeado com sobras orçamentárias existentes”, afirmou Adilson.

CNJ confirma existência de distorções

Uma nota técnica elaborada pelo CNJ e tribunais superiores demonstra a existência de grandes distorções e norteou a negociação junto ao governo. (ver infográfico)

Na JT de São Paulo, o auxílio alimentação é de R\$ 630, enquanto o auxílio pré-

escolar é de R\$ 400. Na JF o auxílio alimentação é o mesmo, quanto o auxílio pré-escolar é de R\$ 450, sendo que conta com participação do servidor de acordo com a faixa salarial. No TRE, o auxílio-alimentação é de R\$ 621,28 e o auxílio pré-escolar R\$ de R\$ 490,29 por dependente, a ser incluído em folha de pagamento, sendo custeada pelo servidor a cota-parte, proporcionalmente à sua remuneração, em percentuais que variam de 5% a 25%. Na Justiça Federal Militar os valores do auxílio alimentação e creche são R\$ 630 e 450, respectivamente.



Menores e maiores valores praticados

Tribunal	Auxílio alimentação	Assistência pré escolar	Assistência méd/odont
TRT	630,00	400,00	97,00
TRF/JF	630,00	350,00	90,00
TRE	621,28	490,29	120,00
JF/Militar	630,00	450,00	89,00

Atualmente, os valores dos benefícios, exceto o aux.-transporte, são fixados de forma independente por cada administração.

Nota de esclarecimento



A Diretoria Administrativa da Justiça Federal de 1º Grau em São Paulo esclarece que, em referência à matéria “150 armários repletos de processos desabam no arquivo da Presidente Wilson”, veiculada pelo jornal do Sintrajud no dia 16/8, esta ocorrência não se refere às estantes que estão localizadas na área sob responsabilidade da administração da JF/SP. A foto publicada pelo jornal refere-se ao setor da Justiça Federal e não à área onde houve o incidente. Acrescentamos que, nos últimos 12 meses, não houve ocorrência de qualquer tipo de sinistro na área administrada pela JF/SP e que a Administração da Justiça Federal tem se empenhado em melhorar as condições de trabalho no arquivo.

Secretaria Administrativa JF de Primeiro Grau SP

Sócrates: “Imagina a Gaviões da Fiel politizada! Esse é o grande medo do sistema”

Por Caê Batista

Em 2010, no meio da Copa do Mundo da África do Sul, começamos a preparar um especial sobre a realização do evento no Brasil, em 2014. Nosso objetivo era dar um panorama de como pessoas entendidas no tema viam a realização da Copa no Brasil. A entrevista abaixo foi feita em julho de 2010 quando a preparação para a Copa sequer tinha sido iniciada (pouco mudou desde então). “Aqui no Brasil, ainda não há organização nenhuma, pelo que eu saiba”, disse o ex-capitão da seleção, “Na verdade, existe uma desorganização dirigida para que os investimentos que sejam alocados nas obras não passem por licitações, então estão protelando o máximo possível para que isso ocorra.” Me acompanhou na entrevista o advogado César Lignelli.

Você acha que é intencional?

É claro! Isso aconteceu no Pan-Americano, acontece sempre. Quanto mais demorado melhor, porque aí tudo é feito a toque de caixa, e a toque de caixa tem situação emergencial que vale a pena para desviar alguma coisa.

Você acha que o interesse é mais econômico ou político?

É para-econômico. Não é nem econômico. Economicamente não poderíamos escolher Manaus em vez de Belém. Cuiabá como sede, onde eles vão ter que construir o estádio para depois ficar parado, Brasília a mesma coisa, Natal a mesma coisa. É não é interesse econômico. É desperdício de dinheiro. Desperdício econômico. É para-econômico, para desviar verba.

Isso vem lá de fora. Todos os estádios vão ser reformados. Alguns com um custo absurdo. Deve ser a quinta ou sexta vez que fazem reforma no Maracanã nos últimos três anos. O Minerão também. Vão construir outro na Bahia. Entendeu? É pro dinheiro andar. Andando o dinheiro alguém tá ganhando. Seja quem constrói, quem administra. O único que não ganha é o povo.

Você sempre diz que atualmente o futebol tem mais força do que arte. Você acha que a Copa de 1982 foi um marco na consolidação do esporte como está hoje?

Não existe um divisor aí. O que ocorre é uma falta de adaptação do futebol com a evolução física dos atletas. A questão não é só filosófica, claro que isso faz parte do processo. Mas ela é muito mais dependente da questão física. Inclusive na minha tese de mestrado, seria nove contra nove, tirar dois jogadores de cada time. Quer dizer, você resgatar os espaços que tínhamos há anos atrás. Então vão ter que jogar. Hoje tem gente que se esconde. Você pega um back central da vida aí que não sai do lugar. A única coisa que ele faz é chutar a bola pra frente, pro lado, isso não é jogar futebol. Com nove contra nove, o back central vai ter que saber jogar. Não só ele, todos vão ter que saber jogar, porque a bola vai correr.

Na verdade o futebol é um dos poucos esportes que não se adaptou a essa evolução. Imagine uma prova de atletismo, 100 metros, hoje, com cronômetro manual... Iria dar empate para caramba. Ou 50 metros na piscina. Tem que se adaptar a isso. E futebol não mudou nada. Não quer mudar. Nem tecnologia se utiliza para se dirimir as dúvidas de arbitragem.

Como foi a democracia corinthiana?

Uma sociedade que decidia tudo no voto e a maioria simples levava vantagem nas decisões, absolutamente democrático. O roupeiro tinha o mesmo peso de voto de um dirigente.

Esse foi um dos poucos momentos em que o futebol cumpriu um papel mais positivo politicamente?

Na verdade cumpriu um papel importante nesse processo de redemocratização, porque o processo corinthiano começou dois anos antes da grande mobilização das Diretas Já! Acho que foi um fator importantíssimo na discussão da realidade política brasileira. Você está dentro de um meio extremamente popular, com uma linguagem que é acessível a todo mundo está discutindo uma coisa que há muito tempo ninguém ou muita gente jamais teve a possibilidade de efetuar, que era o voto. Foi importantíssimo. Igual a isso eu não conheço nada parecido no futebol.

Você acha que o futebol pode cumprir um papel mais progressivo?

Claro. E esse é o grande medo do sistema. Você imagina a Gaviões da Fiel politizada. Né!? Você tem mobilização já pronta, você tem palco, duas vezes por semana, para exercer o seu direito, a ação política, só falta a politização.

Falta organização política para os jogadores?

Falta consciência! Falta... Por isso o sistema deseduca esses caras. Em vez de educar, faz de tudo para o cara não adquirir uma consciência social, política, porque esse é o mais importante. Ele é mais ouvido que o Presi-

Foto Waldmir Aguiar (tirada em 2010)



“Existe uma desorganização dirigida para que os investimentos não passem por licitações”

dente da República, esse cara pode mudar o país. Uma das brigas que eu tenho é “por que não educar esse povo, se é obrigação do Estado educar todo mundo?”. Pelo menos esse povo tem que ser educado. Agora mesmo, fui para a África do Sul, uma campanha pró-educação, inclusive com iniciativa da Fifa, com chancela da ONU, Educação Global, que é uma das metas do milênio, até 2015 pôr todas as crianças na escola. Então, no caso da Fifa, ponha primeiro os jogadores. (risos)

Você acha que o Estado deveria cumprir um papel mais importante na gestão do esporte?

É claro! Mas ninguém quer mexer muito nisso. Ninguém quer mexer, porque é um vespeiro. Mas deveria. Particularmente o futebol no Brasil é um negócio, como outro qualquer. Por que o Estado não tem controle sobre isso. Ele usa todos os símbolos nacionais, hino, bandeira, até a alma do brasileiro ele usa.

Se aproxima a 8ª Copa de Futebol Society do Sintrajud

No total, 13 times se inscreveram para o torneio deste ano

Treze equipes se inscreveram para a 8ª Copa de Futebol Society do Sintrajud de 2011, que acontecerão nas quadras do Nacional Atlético Clube, na Barra Funda, Zona Oeste. As partidas ocorrerão nos meses de setembro e outubro, durante a semana no período noturno. A grande final será num sábado (ainda sem data definida), quando acontecerá um churrasco para confraternização da categoria.

Os jogos deste ano, que tem objetivo de fomentar a aproximação e criação de elos entre os servidores dos diferentes tribunais e incentivar a prática de esportes. Venha ver nossos boleiros em campo!

Veja os inscritos

- 1 **Embolado 1** (TRE)
- 2 **Bembolado 2** (TRE)
- 3 **Execuções Fiscais** (JF)
- 4 **Fundão da Barra** (TRT/BF)
- 5 **Amantes da Pelada FC** (JF/Criminal)
- 6 **Consolidados** (TRT/BF)
- 7 **Barcelona da Barra Funda FC** (TRT/BF)
- 8 **Dubbar** (TRF)
- 9 **Liga da Justiça** (JF)
- 10 **Trt Sede** (TRT/Consolação)
- 11 **Gabiloko** (TRF)
- 12 **Bororoska** (TRF)
- 13 **Muleke Travesso** (TRF)

Servidor lança mais um romance

Wellington Liberato é servidor do Judiciário Federal e está lançando sua mais recente obra literária: *O menino bonito*. O lançamento será na boate Blue Space, na

Brigadeiro Galvão, 723, Barra Funda, São Paulo, a partir das 20 horas. Haverá show de drags às 23h, como acontece normalmente todos os domingos, com presença de Silvetty Montilla, uma das personagens do livro. Os interessados em convite VIPs e com desconto devem enviar nome e sobrenome para e-mail we2005@uol.com.br ou acessar o site da boate (www.bluespace.com.br).

